

Os resultados do Acordo de Belfast: As identidades e as decorrências do processo de paz na Irlanda do Norte

Leandro Loureiro Costa

Vínculo Institucional: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – PPGRI UERJ

Resumo:

A Irlanda do Norte é palco de crises nacionalistas religiosas há quase 100 anos. Provavelmente, a única região da Europa Ocidental na qual existe esse tipo de situação. Após décadas de embates entre as comunidades católico-nacionalistas e protestante-unionistas, foi assinado o Acordo de Belfast com o intuito de criar consenso entre essas duas partes e reduzir a divisão na região. O objetivo desta pesquisa é analisar os sucessos e insucessos do processo de mediação do acordo através da contribuição do estudo sobre nacionalismos e as perspectivas sobre medo e trauma nas Relações Internacionais.

Palavras-chave:

Nacionalismo – Irlanda do Norte – Acordo de Belfast.

Abstract:

Northern Ireland is the scene of religious nationalist crises for almost 100 years. Probably the only region in Western Europe where there is this kind of situation. After decades of clashes between Catholic-nationalists and Protestant-unionists communities, the Belfast Agreement was signed with the intention of creating consensus between these two parties and reduce the divisions in the region. The objective of this research is to analyze the successes and failures of the process of mediation agreement through the contribution of the study of nationalisms and the perspectives about trauma and fear in International Relations.

Key words:

Nationalism – Northern Ireland – Belfast Agreement.

Introdução:

O Acordo de Belfast, assinado em abril de 1998, foi promovido com a ambição de diminuir os conflitos nacionalistas na Irlanda do Norte conhecidos como 'Troubles'¹. Esse acordo foi promovido pelos governos da Irlanda independente e do Reino Unido com a ambição de criar ponto de partida para o diálogo entre as comunidades protestantes unionistas e católicas nacionalistas na Irlanda do Norte, região que já foi considerada o centro da resistência irlandesa durante as ocupações britânicas em outras áreas da Irlanda. Para se entender o conflito entre essas duas comunidades nesse país, deve-se analisar o processo histórico que gerou esse entrave em relação às identidades dessa região.

Em relação à religião, o catolicismo predominou na Irlanda desde a era católica do Império Romano e também através da influência do universalismo da Igreja Católica Romana nas ilhas britânicas e o processo de evangelização de São Patrício, santo padroeiro da Irlanda, constantemente utilizado como símbolo da causa nacional. Porém, a expansão da Reforma Protestante nos séculos XV e XVI alterou a religião oficial da Inglaterra, rompendo com o catolicismo romano, criando a Igreja Anglicana. Nesse mesmo período, a Irlanda se constituiu como um reino em união pessoal com a coroa inglesa. As terras na Irlanda do Norte, tradicionalmente de propriedade da nobreza gaélica, foram confiscadas pela coroa inglesa e entregues a colonizadores protestantes da Inglaterra e da Escócia com a finalidade de alterar a religião da população no norte da Irlanda para o anglicanismo, religião oficial do Reino.

Entretanto, não se pode afirmar que as ambições nacionalistas começaram no período de colonização inglesa e protestante na região. Nessa época, como afirma Kohn (1955), durante a Reforma, os conflitos pela autodeterminação possuíam natureza religiosa, não eram

um movimento de caráter popular, o que caracteriza o conceito moderno de nacionalismo emergindo da criação dos movimentos nacionais na Europa no final do século XIX e no início do século XX. Nesse período, o nacionalismo irlandês ganhou grande força com a formação de um movimento intelectual denominado Renascimento Celta e a criação da Liga Gaélica, com o objetivo de defender o uso da língua irlandesa na Irlanda e promover costumes com o objetivo de reforçar a identidade irlandesa. Pode-se verificar a partir daí uma fusão do caráter religioso já existente nas demandas separatistas da Irlanda, com um caráter cultural e político devido à defesa da língua vernácula na região e as demandas pela separação em relação ao Reino Unido.

Esse processo culminou na separação em dezembro de 1921, a Irlanda assinou o Tratado Anglo-Irlandês que a reconhecia como um Estado livre, porém a área da Irlanda do Norte continuaria fora da separação devido à forte presença da colonização inglesa que defendia a continuação da união com o Reino Unido². Sendo assim, configuraram-se as partes: os nacionalistas de maioria católica que desejavam a união com a Irlanda independente, e os unionistas, de maioria protestante, que defendem a continuação da região norte-irlandesa como território do Reino Unido. Essa divisão cria até mesmo fronteiras territoriais dentro das cidades mais importantes do país, por exemplo, a capital Belfast é praticamente separada entre os republicanos nacionalistas e os que defendem a união com o Reino Unido, simbolizada pela bandeira da União, a Union Flag.

A crise entre católicos-nacionalistas e protestantes-unionistas na Irlanda do Norte é o único caso de contenda por motivos nacionalistas religiosos na Europa Ocidental. Existem outras fontes de embates nacionalistas

¹ 'Problemas' tradução livre para o português.

² Dados retirados da Encyclopædia Britannica Online: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/293754/Ireland/22978/The-Reformation-period>. Acesso em 30/10/2014.

como na Bélgica em relação às demandas separatistas dos flamengos e na Espanha em relação aos catalães e bascos. Entretanto, não há no ocidente europeu nenhum problema de caráter religioso como o norte-irlandês. Também, pode-se afirmar que provavelmente a crise entre protestantes e católicos na Irlanda do Norte, seja o único exemplo recente de grande conflito religioso dentro do cristianismo.

A partir de uma perspectiva construtivista, as ideias, concepções e suposições, ou seja, as crenças intersubjetivas fazem parte da noção que um grupo de pessoas possui sobre si mesmo, como uma nacionalidade no caso dos católicos-nacionalistas em relação ao sentimento de ser irlandês e não britânico. Essas crenças também envolvem percepções religiosas, culturais e políticas comuns, como as concepções do irlandês católico, de falar a língua gaélica e de ser republicano com o objetivo de se diferenciarem das concepções do britânico protestante, da língua inglesa e de pertencer a um estado monárquico (JACKSON; SORENSEN, 2007).

O IRA, a violência estatal e o trauma:

No final dos anos 1960, os conflitos entre grupos armados republicanos e as forças de segurança do Reino Unido se intensificaram. Do lado dos republicanos nacionalistas e separatistas destaca-se o IRA (Exército Republicano Irlandês)³. O grupo fundado em 1919 tinha como seu mais frequente método de luta a promoção de atentados terroristas contra alvos tradicionais protestantes e contra políticos considerados defensores da causa unionista. Além do diálogo com outros grupos armados nacionalistas norte-irlandeses, favoráveis à separação em relação à Inglaterra e a união com a Irlanda independente, o IRA também possuía um braço político, o Sinn Fein, que atuava tanto na Irlanda quanto na Irlanda do Norte.

O IRA foi responsável pela maioria dos atentados ligados à causa nacionalista irlandesa. A grande parte dos atentados era realizada em território inglês e também na Irlanda do Norte e, geralmente, tinham como alvo políticos unionistas protestantes. Em 1994 a organização assinou um cessar fogo com os unionistas, produzindo uma série de discussões relacionadas ao desarmamento gradual de grupos paramilitares de ambas as partes.⁴ Todavia, dois anos depois, em fevereiro de 1996, o IRA voltou a cometer atentados ao explodir uma grande bomba em uma estação de metrô leve de South Quay em Londres, matando 2 pessoas e ferindo dezenas. (OPPENHEIMER, 2009). Após 86 anos de atuação, o grupo armado irlandês decretou o fim da sua luta armada em 2005. Entretanto, existem alguns dissidentes que ainda defendem a manutenção de um grupo paramilitar nacionalista.

Além do grupo armado irlandês, os casos de violência durante os 'Troubles' na Irlanda do Norte também foram produzidos pela ação do exército britânico em diversas situações, principalmente em resposta a manifestantes católicos pró-separação. O caso mais conhecido ocorreu em janeiro de 1972 na cidade norte-irlandesa de Derry. A marcha iniciou-se com dez mil pessoas com o objetivo de passar pelas ruas católicas da cidade e chegar até a prefeitura. Todavia, antes da passeata terminar, os militares britânicos na tentativa de impedir que ela chegasse à prefeitura, atacaram os manifestantes com o saldo de 14 mortos e 26 feridos. O evento ficou popularmente conhecido como Domingo Sangrento⁵. Esse evento foi utilizado como propaganda do IRA para o recrutamento de jovens para a luta armada. O episódio de Derry é um dos mais significantes durante o

⁴ Dados retirados do sítio:

http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/august/31/newsid_3605000/3605348.stm

⁵ Dados retirados do sítio:

http://news.bbc.co.uk/hi/english/static/in_depth/northern_ireland/2000/bloody_sunday/map/default.stm

³ Do inglês Irish Republican Army.

período dos 'Troubles', e até hoje uma punição aos responsáveis é reivindicada pelas famílias das vítimas (PRINGLE; JACOBSON, 2000).

A utilização do trauma e do medo como componentes políticos foi uma situação decorrente durante os 'Troubles' e especialmente após o Domingo Sangrento. Fierk (2006) expõe considerações importantes sobre o trauma como ferramenta política através da dinâmica do medo. Ao em vez de produzir uma decisão racional, impede que sentimentos positivos sejam incorporados e permite percepções negativas como a hostilidade e o perigo. A autora afirma que: "[...] as visões do passado são continuamente referidas no presente. Como resultado, se torna impossível perceber o presente como uma série distinta de forças políticas e psicológicas que necessitam de diferentes respostas" (Idem, p. 130).

A autora considera a reprodução do passado no presente como memória social, e que essa memória ou trauma passado é exemplificado, dentre outros exemplos importantes, nos 'Troubles' da Irlanda do Norte, na qual uma dinâmica similar ocorria. De fato, pode-se averiguar essa afirmação através do sentimento de impunidade presente nos familiares das vítimas dos diversos casos de violência estatal e dos atentados durante os 'Troubles'.

O início do diálogo pela paz e a metodologia de resolução de conflitos:

O principal ponto de mudança no conflito, incentivado pela maioria dos cidadãos da Irlanda do Norte, foi a promoção do Acordo de Belfast pelo primeiro ministro britânico Tony Blair, que organizou a primeira reunião pessoal entre duas partes antagônicas, o primeiro ministro unionista norte-irlandês David Trimble e Gerry Adams do Sinn Fein (SMITH, 1999).

Entre as declarações de apoio ao acordo, observou-se um ímpeto das duas partes em analisar a negociação como um momento único para um novo começo das relações entre as comunidades da Irlanda do Norte. Também fora analisado que a reconciliação entre protestantes e católicos em torno de uma mediação seria uma forma de confortar as famílias dos milhares de vítimas dos conflitos passados.

Esse processo de paz é um dos casos de mediação mais estudados nos últimos tempos (HANCOCK, 2008, p. 219), entretanto, o conflito na região é pouquíssimo estudado na academia de Relações Internacionais (SMITH, 1999). O processo de mediação obteve como maior sucesso o estabelecimento de um governo conjunto em 2007, encabeçado pelo protestante Ian Paisley e o católico Martin McGuinness, respectivamente, primeiro ministro e vice-primeiro-ministro. Sendo essa considerada a tentativa mais promissora de um governo compartilhado entre protestantes e católicos desde a assinatura do Acordo de Belfast.

Hancock (2008) verifica que o período entre a assinatura do acordo em 1998 e o estabelecimento do governo compartilhado em 2007 fora demorado, e, além disso, houve casos de violência entre as partes até ser definido o compartilhamento de poder. Isso pode ser comprovado meses após a assinatura do acordo, quando, em agosto de 1998, houve um atentado pelo grupo Real IRA em Omagh, matando 29 pessoas. Porém, graças à insistência dos seus promotores pelas discussões sobre o acordo, o diálogo entre a elite política das duas partes se manteve, apesar do caso violento. (SMITH, 1999).

O papel da sociedade civil:

Quanto ao formato de negociação do acordo de Belfast, Elias (2009) afirma que existem duas perspectivas

para analisar o processo de paz na Irlanda do Norte, de cima para baixo (top-down) e de baixo para cima (bottom-up). Seguindo a abordagem top-down, o processo de mediação norte-irlandês ocorrera graças ao consenso da elite política desse país. Porém, o autor afirma que a “mediação, devido a sua natureza gerencial, não resolveu as questões subjacentes ao conflito e nem promoveu a construção da confiança entre as partes” (Idem, 2009, p. 36).

Por isso, segundo o autor, a melhor maneira de condução da mediação entre as partes seria através de um processo bottom-up. Isso se deve ao fato de que a sociedade era a principal fomentadora do conflito. Elias (2009) considera que os debates na sociedade civil constituíram uma alternativa devido à falta de discussões no nível governamental em relação à possibilidade de compartilhamento de poder e resolução de divergências entre as partes beligerantes. Ademais, no decorrer do estabelecimento das fases da mediação, cada vez mais o processo excluiu o diálogo entre as lideranças culturais e religiosas na sociedade civil (Idem).

Além disso, a população aprovava em imensa maioria o acordo através de um referendo popular após a sua assinatura pelo governo. Mais de 70% dos votantes confirmaram as propostas negociadas. Dessa maneira, pode-se confirmar que a população aprovava o acordo e estava disposta a negociar entre si desde o princípio devido a fadiga dos anos de ‘troubles’, e por ser a principal vítima dos conflitos. Diante disso, percebe-se que a mediação não deu oportunidade para o estreitamento das conexões entre as partes através de um caminho bottom-up. Atashi (2005) crê que uma maior participação civil é um dos elementos mais importantes na etapa de efetivação do acordo. Esse fator seria determinante para que os casos seguidos de violência não retornassem, além de ser um incentivo para a solução de dilemas futuros.

Apesar do sucesso inicial do Acordo de Belfast em 1998, ultrapassando um período de 13 anos sem maiores problemas e culminando no estabelecimento do governo compartilhado em 2007, o país prossegue dividido. Existe uma competição nacionalista na Irlanda do Norte e a ameaça de grupos armados dos dois lados. Há lugares onde apenas protestantes podem entrar, e o mesmo fenômeno ocorre do lado católico, configurando assim a presença de hostilidades na região. Smith (1999) possui uma visão pessimista em relação às consequências do processo de paz de Belfast:

Vou assumir que o conflito ainda não terminou. Continuando hostilidades comunais, nacionalismos concorrentes e ideologias políticas antagônicas, ataques de punição paramilitares, a ameaça de grupos dissidentes armados e, especialmente, as disputas sobre o desmantelamento de armas, todos mostram a persistência das fontes básicas do conflito, agora e para os próximos anos que virão (Idem, p. 79, Tradução nossa).

O processo de reconciliação também enfrenta duras críticas em relação à incapacidade das autoridades e a falta de vontade política em punir os que cometeram violações aos direitos humanos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013), (O’LEARY, 2001). Muitos dos familiares das vítimas consideram que, apesar da crença geral de que as consequências do processo de paz foram um sucesso, o acordo de Belfast na verdade, fora um grande fracasso, pois não criou mecanismos de punição aos responsáveis pelos abusos aos direitos humanos cometidos no passado; além de não ter o espaço para o diálogo entre as partes na sociedade civil.

Em um relatório publicado pela Anistia Internacional, o *Northern Ireland: Time to Deal with the Past*, afirma-se a necessidade da formação “de um mecanismo que analise as décadas de conflito na Irlanda do Norte, contribua para acabar com as divisões sociais no país, acabe com a impunidade e responsabilize quem

cometeu violações de direitos humanos”. Além disso, o documento resgata a necessidade de investigar os padrões de abusos cometidos por grupos armados e pelo próprio Estado durante os conflitos e punir os responsáveis pelos casos de violência durante os ‘Troubles’.

O mais recente caso de continuidade em relação à divisão comunitária na Irlanda do Norte ficou evidente com a recente medida em dezembro de 2012 de vereadores de Belfast que decidiram não mais hastear a bandeira do Reino Unido durante o ano, deixando a exposição da mesma apenas para datas comemorativas. Esse fato acabou gerando descontentamentos por parte dos unionistas que protestaram durante a semana, deixando o saldo de dezenas de feridos e diversos veículos queimados. Entretanto, apesar desses diversos problemas posteriores à assinatura do acordo, existem sinais significativos de progressos, como a entrega de armas pelo IRA em 2005, e o encontro simbólico entre Martin McGuinness, que já participara deste grupo armado irlandês, e a Rainha Elizabeth II do Reino Unido, demonstrando uma possível aproximação política entre as partes do conflito.

Conclusão:

Levando-se em conta o que foi mostrado, percebe-se um momento de certa maneira contraditório na sociedade norte-irlandesa. De acordo com o presente estudo, foi verificado que o processo de conciliação política na Irlanda do Norte ocorreu de certa forma graças ao desejo popular inicial que propiciou a construção do debate entre as lideranças políticas das partes antagônicas. Atualmente, observa-se que este país ainda se apresenta como um espaço em que aparentemente há um consenso entre o governo de coalizão e a oposição, caso exemplificado com o estabelecimento de governos compartilhados.

Além disso, também houve uma diminuição considerável nos casos de violência e o desmantelamento do IRA em 2005. Entretanto, tem-se a perspectiva de uma sociedade dividida na Irlanda do Norte, pois ainda há grupos paramilitares dissidentes que representam uma ameaça à estabilidade social do país e que dificultam o processo de paz. Também existe a percepção da incapacidade das autoridades políticas de punirem os responsáveis pelos mortos e feridos durante as décadas de entaves entre as duas comunidades, esse fato também é visível ao se estudar o caso. Dessa forma, o revanchismo produzido pelo sentimento de trauma é constante, a invocação dos atentados passados e os casos de repressão violenta estatal através de padrões de discurso e repetição do passado são presentes nas duas comunidades, fazendo com que ocorra uma sensação permanente de hipervigilância e de medo do Outro.

Por conseguinte, é necessário o resgate da popularidade inicial da assinatura do Acordo em 1998 através de um processo bottom-up (de baixo para cima) com a participação ativa da sociedade civil e a formação de espaços para diálogo. Isso teria o objetivo de diminuir as divisões impostas culturalmente desde a Reforma Protestante e a colonização inglesa na área. Exemplos semelhantes já ocorreram na região, um modelo houve durante a década de 1970 com a Community Relations Division, que foi criada com a finalidade de integrar comunitariamente a Irlanda do Norte. Outros exemplos ocorreram no início da década de 1990 almejando debates culturais e o desenvolvimento da participação popular integrada na comunidade. Porém, essas iniciativas perderam força com a polarização do acordo de Belfast na elite. Sendo assim, a promoção de ações políticas através das autoridades, buscando a participação da população para fiscalizar os possíveis desrespeitos ao acordo, diminuir o antagonismo entre as identidades e criar confiança entre as partes, seria primordial para a continuidade da estabilização.

BIBLIOGRAFIA

AMNESTY INTERNATIONAL, (2013). *Northern Ireland: Time to Deal with the Past*, Amnesty International Ltd, Londres.

ATASHI, Elham. (2005) *The peace process in the streets: public expectations from The Good Friday Agreement and the impact of unsatisfied expectations and unjustified suffering of the past on the stability of the peace process in Northern Ireland*. Fairfax, VA.

ELIAS, Ivi Vasconcelos. (2009) *O mito de Sísifo: a mediação do processo de paz na Irlanda do Norte e a assinatura do Acordo de Sexta Feira Santa*. – Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais.

FIERK, K.M (2006) *Bewitched by the Past Social Memory, Trauma and International Relations*. In: *Memory, Trauma and World Politics*. New York: Palgrave Macmillan.

HANCOCK, Landon E. (2008) *The Northern Irish peace process: from top to bottom*. *International Studies Review*, v.10.

JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. (2007) *Debates Metodológicos: Abordagens pós-positivistas*. In: *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar.

KOHN, Hans (1955) *Nationalism, Its Meaning and History*. New York: Van Nostrand.

O'LEARY, Brendan. (2001) *The Protection of Human Rights under Belfast Agreement*. *The Political Quarterly*. v.72, p. 353-365.

OPPENHEIMER, A. R. (2009) *IRA: The Bombs and The Bullets. A History of Deadly Ingenuity*. Irish Academic Press.

PRINGLE, P e JACOBSON, P. (2000) *Those Are Real Bullets, Aren't They?*. London: Fourth Estate.

SMITH, M.L.R. (1999) *The Intellectual Internment of a Conflict: The Forgotten War in Northern Ireland*. *International Affairs*. v. 75, p. 77-97.